

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA

ROGÉRIA ROCHA DE ALMEIDA VALADÃO

**ESTADOS UNIDOS, COREIA DO NORTE E IMPORTÂNCIA DAS ARMAS
NUCLEARES PARA O SISTEMA INTERNACIONAL**

Foz do Iguaçu - Paraná
2019

RESUMO

Nos últimos anos, nos acostumamos a imaginar um cenário de guerra envolvendo os EUA e a Coreia do Norte. Entender a preocupação internacional em torno de um possível conflito passa, necessariamente, por uma análise de longo prazo, sobre a importância do potencial bélico para a segurança dos Estados. O que se pretende com este trabalho é analisar a política externa norte-coreana e a reação norte-americana, examinando seus objetivos e suas estratégias, ao longo do tempo, de forma a identificar o papel das armas nucleares na segurança do sistema internacional. Para tanto, será realizada uma análise histórica, a partir da revisão bibliográfica pertinente ao tema. A hipótese central adotada é que armas nucleares são peça fundamental da estratégia de barganha externa da Coreia do Norte e que os Estados Unidos usam a ameaça de conflito para manutenção da sua projeção militar na Ásia.

Palavras-chave: Segurança Internacional; Política Externa; Política Nuclear; Coreia do Norte; Estados Unidos.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	5
2 ASPECTOS HISTÓRICOS.....	6
3 O PAPEL DAS ARMAS PARA SEGURANÇA E SOBERANIA INTERNACIONAL. 8	8
4 POLÍTICA EXTERNA: POTENCIAL BÉLICO COMO INSTRUMENTO DE SOBREVIVÊNCIA NACIONAL E PROJEÇÃO ECONÔMICO-MILITAR.....	9
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	15
REFERÊNCIAS.....	17

1 INTRODUÇÃO

O mundo se pergunta se as tensões entre Coreia do Norte e Estados Unidos levariam a um conflito mundial. O líder coreano, Kim Jon Yun, desafia a ordem do sistema internacional e a maior potência, os Estados Unidos, com testes nucleares e desenvolvimento de mísseis que, em tese, poderiam atingir os americanos e seus aliados. O presidente americano, Donald Trump, por sua vez, inflama o discurso de não haver nada a temer, amparado por suas ogivas nucleares.

Em meio às tensões, em junho de 2018, o mundo assistiu a uma reviravolta, que culminou num encontro até então improvável entre Trump e Kim. Acostumados a trocar insultos midiáticos, eles se reuniram em Singapura e iniciaram uma negociação para pôr fim às tensões entre os países. Apesar de histórico, o encontro foi visto com cautela pela comunidade internacional, uma vez que resultou num comunicado vago, sem concessões concretas e abrangentes. E esse cuidado não foi desmedido, já que as expectativas de um acordo realmente não se concretizaram.

Considerando a troca de provocações entre os dois países nos últimos anos, a preocupação global sobre um possível conflito e o início das negociações de forma pacífica; para objetivo desta análise propõe-se investigar por que a Coreia do Norte e seus mísseis são problemáticos para a segurança do sistema internacional e preocupam as grandes potências mundiais; e como Estados Unidos utilizam essa ameaça para justificar sua presença militar no Leste Asiático.

O objetivo é apontar alguns dos aspectos relacionados à política externa pautada pelo uso das armas nucleares, envolvendo a Coreia do Norte e os Estados Unidos. A hipótese central adotada é que o potencial bélico é peça fundamental para a projeção e manutenção do poder dos atores no sistema internacional. Enquanto a Coreia do Norte usa as armas como estratégia de sobrevivência nacional e de barganha para garantir soberania, benefícios e concessões; os Estados Unidos usam a ameaça de conflito para manutenção da sua projeção militar na Ásia.

Este trabalho faz uma análise histórica, a partir da revisão bibliográfica pertinente ao tema. Para atingir o seu objetivo, o estudo está estruturado em três partes. A primeira contextualiza o surgimento das Coreias e os aspectos que levaram ao desenvolvimento do arsenal bélico. A segunda parte aborda o papel das armas para a soberania e segurança nacional; e a estratégia norte-coreana em se retirar do Tratado de Não Proliferação de Armas

Nucleares (TNP). Por fim, a última parte analisa a estratégia de enfrentamento na política externa de Estados Unidos e Coreia de Norte, utilizando as armas nucleares para manobrar interesses próprios.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS

Para entender surgimento da política nuclear da Coreia do Norte como estratégia de sobrevivência nacional e de barganha externa, é preciso antes conhecer as motivações históricas desse Estado, que remontam à criação das Coreias. A Coreia do Norte e a Coreia do Sul surgem ao fim a Segunda Guerra Mundial, em 1945, quando os japoneses foram expulsos da península coreana pela guerrilha interna, que teve apoio das forças soviéticas e norte-americanas. A Coreia foi separada pelo paralelo 38°, sendo dividida entre a parte Sul (República da Coreia) capitalista, por influência dos EUA; e a parte Norte (República Popular Democrática da Coreia) comunista, apoiada pela União Soviética.

Entretanto a paz não duraria muito na região, já que, após décadas de colonização japonesa, ambos os lados das Coreia almejavam a unificação do país. Em 1950, os norte-coreanos se anteciparam e avançaram com as tropas em direção à Coreia do Sul, iniciando um novo conflito na península. Uma coalizão norte-americana, em nome da ONU, enfrentou o exército do Norte e alcançou a fronteira chinesa. A intervenção dos Estados Unidos na Coreia se deu para conter o avanço soviético em direção ao Japão e para evitar o domínio da URSS no Leste Asiático. A União Soviética, que tinha rivalidades históricas com os japoneses, entrou na guerra com uma contraofensiva junto aos norte coreanos, que ganharia também apoio da China.

As forças fundamentais para determinar o destino do povo coreano frequentemente vinham do nível global, não apenas do nível regional e peninsular. O processo de colonização, a divisão da península, a eclosão da Guerra da Coreia, a conclusão da aliança entre os Estados Unidos e a Coreia do Sul, o processo reconciliatório intercoreano após o fim da Guerra Fria e a reestruturação da aliança seguindo a lógica do anti-terrorismo norte-americana, tudo veio de relações internacionais em nível mundial. (CHUN, 2010, p. 84, tradução nossa).

Ao longo de quase três anos, a disputa por território na península resultou em uma guerra sangrenta, que deixou marcas profundas no povo coreano. Ao final do conflito, os dois países estavam destruídos, e a quantidade de mortos era de cerca de 2,5 a 3 milhões, sendo que cerca de 50% desses mortos eram civis (BRITES, 2014, p. 29). O cessar fogo chegou

somente com o armistício, assinado em 27 de julho de 1953. O acordo manteve a fronteira definida em 1948 e constituiu uma zona desmilitarizada entre as duas Coreias.

Embora tenha ocorrido na pequena península do Leste Asiático, o conflito entre as Coreias envolveu atores importantes no sistema internacional - União Soviética e Estados Unidos. Conforme nos relata Brites (2014), a Guerra da Coreia está atrelada aos desdobramentos típicos da Guerra Fria e foi um episódio definidor da identidade coreana. Assim, para o autor a guerra fratricida deixou marcas profundas no modo das duas Coreias ver os outros países envolvidos, que em grande medida influencia o comportamento externo dos dois países até hoje. O colonialismo japonês teve fim, mas o sonho de construir uma Coreia integrada e soberana não se concretizou. Ao invés disso surgiram novas influências - as grandes potências se confrontando na península, durante o período da Guerra Fria.

Entre os importantes desdobramentos da Guerra da Coreia, primeiramente, é importante destacar que, mesmo com um armistício, nunca foi assinado um tratado de paz. Ou seja, tecnicamente as Coreias permanecem em guerra. Além disso, a inimizade e tensão entre Norte e Sul até hoje influencia a política externa dos dois países.

Outro ponto relevante é que a eclosão da Guerra da Coreia deixou evidente a postura de oposição das duas grandes potências - Estados Unidos e União Soviética - ambas com interesses estratégicos em manter a influência no Leste Asiático; e, também, conforme Brites (2014), funcionou como um teste para a evolução da Guerra Fria e para a política de uso de armas nucleares.

Por fim, é desse impasse histórico na península coreana, que surgem o ressentimento e a rivalidade que alimentaram a criação do projeto nuclear norte-coreano, uma vez que no imaginário da população, a guerra representou uma invasão norte-americana desenhada para impedir, por motivos estratégicos, uma unificação coreana (GEIGER, 2018, p. 12).

A percepção da Coreia do Norte sobre o seu ambiente securitário não é irracional no contexto da sua história nacional desde 1945. Na verdade, o esforço norte-coreano para desenvolver armas nucleares e sistemas de entrega de mísseis foi uma resposta direta à agressividade nuclear durante a Guerra da Coreia e a posterior implantação de armas nucleares táticas na Coreia do Sul por mais de três décadas. Outros fatores aceleraram esse esforço, mas o impulso inicial veio da postura nuclear dos Estados Unidos em relação à península. (Geiger, 2018 apud HARRISON, 2002, p. 197).

Ou seja, percebe-se que a rivalidade entre Estados Unidos e Coreia do Norte tem sido travada por meio das armas nucleares.

3 O PAPEL DAS ARMAS PARA SEGURANÇA E SOBERANIA INTERNACIONAL

Para entender como a Coreia do Norte consegue os holofotes da mídia e preocupa as grandes potências mundiais, antes é preciso analisar a importância das armas no sistema internacional. De acordo com a Teoria Realista das Relações Internacionais, os Estados devem defender seus próprios interesses e lutar por sua sobrevivência, utilizando todos os mecanismos de poder disponíveis. A centralidade do estado, a sobrevivência e o poder são premissas que resultam da anarquia no sistema internacional, ou seja, da ausência de uma autoridade suprema e legítima que possa ditar as regras (NOGUEIRA, 2005, p. 23-29).

Nesse contexto, as armas se tornam importante elemento de poder e os países que as possuem, além de garantir proteção, conseguem também projeção no cenário internacional. Como aborda Castro (2012), o aparato militar converge para o aumento do quociente de poder nacional. Os Estados incorporam sistemas de planejamento e exercício de força, visando a melhor preparação militar para eventualidades de conflitos armados. Dessa forma, atuam como ente autônomo, possuindo interesses próprios dentro de um sistema de Estados soberanos.

As forças armadas, dessa forma, deverão ser bem equipadas com armas sofisticadas de alta capacidade de destruição e precisão para a preservação da soberania (*summa potestas*) utilizando a guerra como artifício racional e político necessário à determinação de seus objetivos primordiais à revelia de qualquer impedimento jurídico transnacional. (CASTRO, 2012, p. 324-325).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o advento das armas nucleares, a proliferação de armas se tornou um problema estratégico de grande abrangência para a ordem mundial. Em resposta a esses perigos, foi criado o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), em 1968 (KISSINGER, 2015, p. 230).

O TNP nasceu com objetivo de manter o *status quo* e evitar qualquer expansão do acesso às armas nucleares para além dos países que já as possuíam: Estados Unidos, União Soviética (Rússia como sucessora da URSS a partir de janeiro de 1992), Reino Unido, França e China; que são também os cinco membros permanentes (P5) com poder de veto do CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas. Aos Estados que não as possuíam seria concedida assistência pelos Estados nucleares na utilização pacífica de energia nuclear. Atualmente, o TNP conta com a adesão de 189 países e prevê que os Estados que se retirarem do tratado devem sofrer sanções econômicas, como forma de evitar um possível desenvolvimento de arma nuclear (IAEA, 2018).

Conforme salienta Castro (2012), o veto e as armas nucleares dos P-5 trazem imenso poder potencial e atual para os mesmos se desdobrando em um relevante ativo de poder mundial. O autor argumenta que as armas nucleares, como instrumentos de destruição em massa, mostram como a elevação potencializada do poder do Estado nesta variável se traduz para os vários fóruns internacionais e também para o relacionamento bilateral. Ou seja, há um efetivo estoque de poder disponível para o país detentor da tecnologia nuclear para fins militares ou bélicos (CASTRO, 2012, p. 198).

Mas apesar de concentrar o poder de força nas grandes potências mundiais, o TNP tem encontrado dificuldades para se consolidar como uma verdadeira norma internacional. A Coreia do Norte é um exemplo claro. Mesmo passível de punição, em 2003, se retirou do TNP e arcou com os prejuízos oriundos das pressões e sanções econômicas exercidas por Estados Unidos, Japão e Coreia do Sul.

Entretanto, conseguiu sobreviver e seguir com os lançamentos de foguetes e testes com bombas nucleares, anunciando possuir mísseis que, em tese, poderiam atingir o Japão e os Estados Unidos. Segundo Kissinger (2015), a nova corrida armamentista, altera a lógica do sistema internacional, transformando a ordem nuclear até então estável da Guerra Fria em uma ordem onde aquele que possua armas nucleares tem uma vantagem perversa sobre os seus rivais, podendo assumir decisões apocalípticas (KISSINGER, 2015, p. 232).

Essa visão se deve ao papel das armas nucleares como elementos essenciais para a soberania e segurança internacional. Cada Estado depende apenas de si mesmo para manter o *status quo*. Nesse sentido, aquele que não é temido, não é respeitado. Assim, a sobrevivência dos atores internacionais como protagonistas no cenário global será garantida pela projeção de potencial bélico.

4 POLÍTICA EXTERNA: POTENCIAL BÉLICO COMO INSTRUMENTO DE SOBREVIVÊNCIA NACIONAL E PROJEÇÃO ECONÔMICO-MILITAR

Estados Unidos e Coreia do Norte vem travando grandes embates midiáticos nas últimas décadas, com trocas de ameaças e discursos inflamados. Há uma preocupação da comunidade internacional sobre as dimensões de um possível conflito envolvendo os dois Estados - de um lado a maior potência mundial (em termos econômicos e nucleares) e de outro um pequeno país do Leste Asiático capaz de ameaçar grandes potências com o poder de alcance do seu arsenal.

O fato é que, dada a importância do potencial bélico para a segurança dos Estados, as armas nucleares têm sido usadas como peça fundamental na política externa tanto de Estados Unidos quanto da Coreia do Norte. De acordo com Berringer (2015), a política externa engloba três esferas: 1) as ações do Estado com os demais Estados; 2) a atuação do Estado nos fóruns e organismos internacionais; e 3) a política econômica e de comércio exterior. Considera-se na análise tanto o processo decisório, como sua ação e resultado. A este respeito, a autora destaca que, o Estado deve inserir-se no jogo da política internacional, buscando aliados, parceiros, investindo em cerimoniais diplomáticos, sendo árbitro de conflitos, liderando missões humanitárias, ou até mesmo guerreando (BERRINGER, 2015, p. 2).

Segundo Castro (2014), ao estabelecer as diretrizes do pensamento neoclássico, Morgenthau defende que a prioridade de toda política externa deve ser a segurança e a soberania estatais. Nessa perspectiva o sistema internacional vive um estado latente de “anarquia”, com a ausência de um governo central, supranacional, capaz de aplicar eficazmente as regras internacionais. E isso tem implicações:

O conceito de promoção da paz mundial ocorre, nesta perspectiva teórica, pela segurança bélica e pela força militar e não pela abolição dos instrumentos de guerra e violência em um eventual unipolarismo redefinido. A promoção da paz se torna patente, portanto, de maneira paradoxal, pois ocorre não pelo desarmamentismo, mas, especialmente, por meio do investimento maciço global em armas. (CASTRO, 2012, p. 329-330).

Assim, a política externa dos Estados é pautada pela “ação x reação”. É a dúvida sobre o real potencial bélico do outro que faz com que surja o respeito. Os Estados somente fazem o que fazem em nome da segurança internacional. Paradoxalmente, essa dinâmica ajuda a manter a hierarquia do sistema internacional. Nesse sentido, tanto a Coreia do Norte quanto os Estados Unidos tem a política externa pautada pela estratégia de enfrentamento baseada no potencial bélico. Enquanto o primeiro utiliza as armas como instrumento de barganha comercial e sobrevivência nacional; o segundo utiliza o poderio militar para manutenção de sua projeção na Ásia.

4.1 Política Externa: Estados Unidos

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial e, em especial, após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos têm priorizado na política externa o reforço e a manutenção do seu poder hegemônico. A estratégia inclui guerras preventivas e de autodefesa

antecipatória; além da tipificação de inimigos seguindo uma doutrina neoconservadora (HOBSBAWM, 2007, p. 36-53; 71-79).

Pecequilo (2003) acrescenta que, o fim da Guerra Fria marca, pela primeira vez, a presença definitiva dos Estados Unidos no sistema internacional como hegemônicos na condução de processos globais. Dentro da lógica do confronto entre as superpotências, os Estados Unidos passam a estar presentes nos mais diversos teatros estratégicos - Europa, Ásia, Américas - revendo suas prioridades e formas de atuação em torno do referencial do conflito leste/oeste (PECEQUILO, 2003, p. 4).

Por conseguinte, os Estados Unidos acompanham atentamente as pretensões bélicas da Coreia do Norte. Os testes nucleares e desenvolvimento de mísseis que, em tese, poderiam atingir os norte-americanos e seus aliados, ameaçam a segurança internacional. A maior potência mundial observa, assim, a autoridade da existente ordem nuclear ser desafiada, o que poderia desencadear a perda de controle sobre a proliferação de destruição em massa e constituir uma ameaça à sua própria hegemonia internacional (GEIGER, 2018, p. 28). Além disso, é preciso destacar que o arsenal bélico norte-coreano representa também um problema para a ordem estabelecida pelo CSNU - Conselho de Segurança das Nações Unidas. Conforme já citado neste trabalho, o TNP foi criado justamente para concentrar armas nucleares no âmbito do CSNU.

Como resposta às ameaças da Coreia do Norte, os Estados Unidos implantaram um sistema para interceptar mísseis balísticos intercontinentais, na Coreia do Sul, mostrando que estão preparados para se proteger e proteger seus aliados na região. Para Kissinger (2015), líderes das potências nucleares já estabelecidas se veem obrigados a se preparar para a pior eventualidade. Isso envolve a possibilidade de ameaças nucleares feitas não apenas por outra superpotência, como também por países que adquiriram recentemente essa capacidade (KISSINGER, 2015, p. 232). Assim, é razoável observar que, seguindo a política externa neoconservadora de tipificação de inimigos, os Estados Unidos não poderiam ignorar as ameaças vindas da Coreia do Norte. Mas há outros aspectos que permeiam o interesse por embates midiáticos envolvendo os dois países.

Um ponto estratégico seria a posição geográfica da península coreana. Em termos militares, a região é de suma importância para os americanos. E não só para eles: a Coreia do Norte possui fronteiras terrestres e marítimas com a China, a Rússia e o Japão. Ou seja, no mesmo cenário se sobrepõe interesses nacionais, regionais e globais.

A península coreana, como o pivô estratégico do Nordeste Asiático, é a única região/subregião onde as quatro maiores potências mundiais – China, Estados Unidos,

Rússia e Japão – se encontram, interagem e veem os seus interesses particulares convergir, competir ou divergir, conforme diferentes conjunturas. [...] Representa o espaço geográfico mais militarizado e nuclearizado do mundo. (GEIGER, 2018, p. 24-25).

Se do ponto de vista estratégico nenhuma potência do sistema internacional deseja a eclosão de um conflito que possa ameaçar interesses estratégicos e econômicos, é possível perceber uma manobra norte-americana para justificar sua presença militar no Leste Asiático. A maior evidência da ascensão chinesa e do fenômeno de transição de poder alertam os Estados Unidos sobre a necessidade de fortalecer os laços com o Japão e de conter militarmente a China através de mecanismos internacionais (CHUN, 2010).

Para os Estados Unidos, os embates com a Coreia do Norte tem um aspecto tático, pois mantendo a sua projeção militar na Ásia, os americanos mantêm o cerco à China, considerada rival econômico, assim como a Rússia. Dessa forma, é estratégico para a política externa dos Estados Unidos usar a Coreia do Norte como pretexto para aprimorar seu escudo anti-mísseis.

4.2 Política Externa: Coreia do Norte

Ao analisar a política externa da Coreia do Norte é possível identificar dois aspectos principais: 1) o uso das armas com instrumento de projeção internacional e de barganha para garantir soberania, benefícios e concessões; e 2) uma estratégia de sobrevivência nacional e recurso de dissuasão. Para entender o primeiro ponto é preciso observar que, após a Segunda Guerra Mundial e a Guerra das Coreias, a Coreia do Norte apresentou altos índices de desenvolvimento econômico e industrial, com ajuda da União Soviética. Entretanto, a crise do petróleo nos anos 1970 interrompeu esse ciclo de prosperidade. Brites (2014) salienta que com a queda da União Soviética, a Coreia do Norte perdeu seu grande aliado e patrocinador, dependendo atualmente de ajuda humanitária e dos favores de seus aliados.

Por sua fragilidade interna, a Coreia do Norte necessita da ajuda e do apoio oriundo da China, bem como do suporte mais tênue oferecido pela Rússia. Entretanto, cabe destacar que o país depende igualmente da ajuda e do investimento proveniente da Coreia do Sul e da ajuda humanitária advinda do Japão e, especialmente, dos Estados Unidos. (BRITES, 2014, p. 97).

Mantendo um regime ditatorial - cheio de restrições e repressão à população - a Coreia do Norte é considerada um Estado à margem do sistema internacional. Por esse motivo, a

ameaça nuclear surge como um instrumento para pautar os interesses norte-coreanos na agenda internacional.

Desde o final da Guerra Fria, o posicionamento externo da Coreia do Norte tem se manifestado pelo uso de provocações limitadas, através da realização de ataques de pequena escala ou ameaças do uso de ataques de maior escala para obter vantagens. Nesse contexto, a posse das armas de destruição em massa torna-se central para a utilização das ameaças como instrumento de barganha externa (BRITES, 2014, p. 97).

Essa demonstração de força ajudou a reforçar o *status quo* da Coreia, como Estado rebelde e beligerante, chamando a atenção mundial para os riscos de um conflito. Sob a ótica realista das Relações Internacionais, “Waltz define o poder como um meio para garantir a sobrevivência e a segurança”, enquanto “Para Morgenthau, só o poder limita o poder” (NOGUEIRA, 2005, p. 29-30). Assim, a Coreia do Norte, demonstra poder com seu potencial nuclear - sem ele dificilmente se distinguiria de outras ditaduras no planeta, o que de certa forma legitima o regime da Coreia no sistema internacional.

A evolução do desenvolvimento nuclear norte-coreano também tem papel importante para estratégia de sobrevivência nacional e como recurso de dissuasão. A política nuclear é justificada internamente como planejamento militar contra possíveis ataques externos. Geiger (2018) sustenta que após a experiência traumática com décadas de colonização japonesa e do massacre que gerou perdas imensuráveis durante a Guerra das Coreias, o povo norte-coreano quer evitar a todo custo um novo conflito e/ou dominação. Deste modo, formou-se um sentimento nacionalista e a visão de que para obter independência de fato, é necessário que o país se desenvolva a partir de esforços próprios.

O uso frequente de uma retórica belicosa indica o desejo do país de fortalecer seu status internacional, tornando-o uma prioridade da política externa das grandes potências, além de um interlocutor indispensável. Para a audiência doméstica, o regime ganha crédito como um país poderoso e independente, fiel ao legado revolucionário de Kim Il Sung. (VISENTINI; PEREIRA, 2014, p. 91).

Dessa forma, o Estado norte-coreano justifica internamente os gastos com armamento como estratégia para se defender das ameaça externas. Ou seja, usa o sentimento nacionalista para legitimar a política externa beligerante como garantidora da dissuasão contra ataques ou invasões. De quebra, garante sua sobrevivência nacional. Importante ressaltar que o desenvolvimento nuclear representa o desejo da Coreia do Norte em ser tratada como uma grande potência. Não obstante, é uma estratégia perigosa no sistema internacional, já que a

Coreia do Norte é considerada um Estado intratável, que desafia a todos e é de difícil negociação.

4.3 O jogo de diplomacia adia a guerra

A escalada de tensão gerada pelas ameaça bélica da Coreia do Norte, que não se restringe ao discurso, mas também se materializa por meio de testes nucleares e lançamentos de mísseis; e a resposta incisiva dos Estados Unidos sobre a possibilidade de intervenção; alimentam o imaginário popular sobre um possível conflito entre dois Estados detentores de armas nucleares. Para Brites (2014), a posse de armas de destruição em massa e a ameaça de seu uso funcionam como um artifício para colocar as questões coreanas na pauta das grandes potências. Assim, para o autor, a possibilidade de guerra é remota:

É pouco provável que a Coreia do Norte escale as provocações a ponto de deflagrar uma guerra na península. Especialmente, porque o país não tem condições de arcar com os custos físicos, financeiros e políticos de uma conflagração. Entretanto, o país tem a necessidade de normalizar as suas relações com seus vizinhos e, além disso, resolver a crise humanitária e energética que assolam o país. (BRITES, 2014, p. 113).

Na opinião deste autor, o regime de Kim tende a seguir perpetuando e exercendo a tática de *brinkmanship* - a prática de forçar uma situação perigosa até a iminência do desastre com o objetivo de obter concessões diplomáticas minimamente em seu favor. A normalização de relações com a comunidade internacional, que teme a escalada das tensões, poderia promover a atração de investimentos externos e alavancar uma revitalização da economia do país. Paradoxalmente, a Coreia do Norte não pretende fazer isso abrindo mão das armas nucleares, que, afinal, são seu grande trunfo e garantia da sua sobrevivência no atual cenário internacional liderado pelos Estados Unidos.

Os Estados Unidos, por sua vez, possuem o maior arsenal nuclear do mundo e já emitiram diversas ameaças de utilização de armas nucleares contra a Coreia do Norte no último meio século. A guerra midiática com a Coreia do Norte é o pretexto ideal para manutenção da base militar norte-americana na Ásia e, conseqüentemente, o cerco à China.

Assim como na competição entre as superpotências durante a Guerra Fria, a manutenção da ameaça nuclear entre Coreia do Norte e Estados Unidos tem pelo menos dois efeitos: ao mesmo tempo em que alimenta o grau de incerteza sobre o conflito na comunidade internacional; alimenta o jogo da diplomacia de ambos os países, que no fim das contas usam

a armas como o grande trunfo para concretização de objetivos particulares de ambos os Estados.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho visou avaliar a importância do potencial bélico para a segurança dos Estados, em especial, para Estados Unidos e Coreia do Norte. A proposta foi investigar os aspectos relacionados à política externa pautada pelo uso das armas nucleares e os interesses dos Estados citados.

Ao contrário do que o senso comum leva a crer, a Coreia do Norte não é um Estado irracional - a política externa é estritamente calculada a fim de alcançar os seus objetivos de destaque no cenário internacional e da concessão de benefícios. Ao retomar a história sobre surgimento das Coreias é possível entender a origem do uso das armas nucleares pela Coreia do Norte. Após inúmeras invasões e guerras em seu território no último século, o povo coreano vê com cautela os atores do sistema internacional e, em especial, há uma desconfiança em relação aos Estados Unidos e outras grandes potências. Assim, a estratégia norte-coreana em se retirar do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e o desenvolvimento de um arsenal nuclear é uma forma de se defender e garantir a soberania nacional. O argumento da segurança nacional - visando a autossuficiência e independência política - também é estratégico para justificar internamente os investimentos em armas nucleares.

Importante notar que a Coreia do Norte se preparou durante anos, pois sabia que somente com um arsenal nuclear poderia obter um posicionamento externo e pautar as grandes potências mundiais. Num sistema internacional onde poucos detêm armas nucleares, aqueles que as possuem se destacam e são tratados com respeito, já que não é possível precisar o grau de destruição de um arsenal que não é conhecido. No entanto, a condução hostil da política externa faz com que a Coreia do Norte seja considerada um Estado intratável, o que dificulta a concessão de benefícios. Assim, se de um lado há um arsenal pesado que força as grandes potências a olharem para o pequeno país do Leste Asiático; de outro há um fracasso da diplomacia internacional norte-coreana, que mesmo com o todo o poder de fogo, não consegue efetivamente reverter essa força em melhorias para desenvolver o país.

Do ponto de vista dos outros atores internacionais, a Coreia do Norte e seus mísseis são problemáticos para a segurança do sistema internacional e preocupam as grandes potências, pois representam uma ameaça à autoridade da ordem nuclear existente e um desafio à homogeneidade internacional. Nesse sentido os Estados Unidos, como a maior potência global, veem a sua hegemonia internacional ser desafiada. A resposta aos norte-coreanos se deu com a implantação de um sistema para interceptar mísseis balísticos intercontinentais, na Coreia do Sul, a fim de assegurar a ordem estabelecida pelo CSNU e a segurança internacional.

Mas para além de discursos inflamados e trocas de ameaças midiáticas é preciso colocar uma lupa na questão para chegar a outro objetivo relacionado à política externa norte-americana pautada pelo uso das armas nucleares na península norte-coreana. A ascensão chinesa e o fenômeno de transição de poder alertam os Estados Unidos sobre a necessidade de fortalecer sua presença militar no Leste Asiático.

Assim, confirmando a hipótese levantada na introdução deste trabalho o potencial bélico é peça fundamental para a projeção e manutenção do poder dos atores no sistema internacional. Enquanto a Coreia usa as armas como estratégia de sobrevivência nacional e de barganha para garantir soberania, benefícios e concessões; os Estados Unidos usam a ameaça de conflito para manutenção da sua projeção militar na Ásia.

REFERÊNCIAS

BERRINGER, Tatiana. **Bloco no poder e as análises de política externa**. Revista de Estudos Internacionais (REI), ISSN 2236-4811, Vol. 6 (1), 2015.

BRITES, Pedro Vinícius Pereira. **A crise na península coreana e a segurança regional do Leste Asiático**. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012.

CHUN, Chaesung. Why is there no non-Western International Relations theory ? Reflections on and from Korea. In: ACHARY, Amitav; BUZAN, Barry. (Ed.). **Non-Western International Relations theory: perspectives on and beyond Asia**. Oxfordshire: Routledge, 2010. p. 69-91.

GEIGER, Luana Margarete. **A política nuclear norte-coreana: dissuasão, nacionalismo e relações regionais**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

HOBBSBAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

Internacional Atomic Energy Agency. **Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons**. IAEA, 2018. Disponível em: <https://www.iaea.org/publications/documents/treaties/npt>. Acesso em: 16 de ago. de 2018.

KISSINGER, Henry. **Ordem mundial** [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

NOGUEIRA, João Pontes. **Teoria das relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política Externa dos EUA: Continuidade ou Mudança?**. CEBRI Tese, Rio de Janeiro, 2003.

VISENTINI, Paulo G. F.; PEREIRA, Analúcia D.; MELCHIONNA, Helena H. **A Revolução Coreana: o desconhecido socialismo Zuche**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.